

História Lésbica no Brasil: análise de um campo em construção

Lesbian History in Brazil: analysis of a field under construction

Jessica Marques Toledo¹, UFJF

Joyce Mirella Alves de Souza², UFJF

Resumo

O presente artigo tem como objetivo trazer um debate inicial sobre o desenvolvimento da história das lesbianidades no Brasil. Para isso, realizamos um levantamento bibliográfico a partir de pesquisas acadêmicas sobre o tema na área da História. Através dessa proposta, trazemos algumas reflexões sobre como as ações das mulheres lésbicas ao longo do tempo foram ou não incorporadas por áreas da historiografia como a história das mulheres e história das homossexualidades, discutindo a importância da inserção de pesquisadoras lésbicas nos programas de pós-graduação em História para que as experiências de lesbianidade sejam levadas em consideração na escrita da História.

Palavras-chave: História lésbica; Movimentos sociais; Lesbofeminismo.

Abstract

This article aims to spark an initial debate on the development of the history of lesbianism in Brazil. To this end, we conducted a bibliographical survey based on academic research on the topic in the field of history. Based on this proposal, we offer some reflections on how the actions of lesbian women over time have been incorporated into areas of historiography such as women's history and the history of homosexuality, discussing the importance of including lesbian researchers in graduate programs in history so that the experiences of lesbianism are incorporated into the writing of history.

Keywords: Lesbian history; Social movements; Lesbofeminism.

Introdução

A insurgência de pesquisas que tem a experiência lésbica como objeto de estudo central no campo da História tem sido um movimento que vem crescendo, e nos leva a refletir sobre o surgimento de um campo da História Lésbica. Ainda que tenha ocorrido a incorporação de novos sujeitos, objetos de estudos e metodologias na prática historiográfica nos anos finais do século XX, as abordagens sobre as lesbianidades ocupou as margens das

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH/UFJF) vinculado à linha de pesquisa "História da Arte, Patrimônio, Cultura e Sociabilidades". Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: jessicatoledo.ppgh@gmail.com

² Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH/UFJF) vinculada à linha de pesquisa Política, cultura e trabalho. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: joysouza123jf@gmail.com

pesquisas históricas, sejam elas no campo da História das Mulheres ou no campo crescente da História LGBT+.

Nesse sentido, no campo historiográfico os silêncios sobre a experiência histórica de lésbicas enquanto sujeitas históricas ainda é um problema. Existe não apenas um problema de fontes pela falta de dados e documentos sobre mulheres lésbicas, o silêncio, o apagamento lésbico é atravessado por uma escolha política, pois os estudos das lebianidades são postas à margem daquilo que interessa à historiografia e a quem pesquisa.

Assim, a “marginalização da história sobre mulheres lésbicas abre uma lacuna bibliográfica do tema, e estabelece uma dificuldade em avanços da produção acadêmica sobre o tema” (Oliveira, 2020, p. 15). Dessa forma, ao longo deste artigo será possível perceber que o avanço do campo tem ocorrido pela inserção de historiadoras lésbicas nas universidades, que mobilizam a lesbianidade a partir de uma perspectiva política.

O presente artigo, portanto, tem como objetivo abordar a trajetória da emergência das pesquisas historiográficas sobre lésbicas no Brasil, avaliar a produção existente e a sua constituição como um campo de pesquisa, e compreender a importância e as contribuições da teoria lesbofeminista e do movimento lésbico no Brasil nesse processo. A metodologia proposta articula levantamento bibliográfico e análise crítica da produção acadêmica brasileira sobre lesbianidade, privilegiando trabalhos no campo da História. Esse levantamento busca mapear dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação, bem como artigos, capítulos de coletâneas e dossiês temáticos publicados em periódicos e livros.

A análise terá caráter crítico e interpretativo, atenta tanto ao volume e diversidade da produção, quanto às condições de possibilidade de sua emergência. Além disso, serão mobilizados aportes do lesbofeminismo e da teoria lesbofeminista como referenciais epistemológicos capazes de iluminar as operações de apagamento e as estratégias de resistência presentes na trajetória da história lésbica no Brasil.

Quando as lésbicas entram na história? A emergência da História Lésbica no Brasil

No século XX, a historiografia concebeu um dos maiores debates epistêmicos provocados pelo movimento historiográfico francês da *Escola dos Annales*. Diante de uma prática, até então, marcada pelos princípios positivistas e um método científico pautado na neutralidade e objetividade, o surgimento da *Escola dos Annales*, em 1929, através de

intensos debates causou uma revolução na forma com que historiadoras e historiadores pudessem enxergar a sua prática. De acordo com o autor Peter Burke

A mais importante contribuição dos *Annales*, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da História por diversas áreas. O grupo ampliou o território da História abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las (Burke, 1992, p. 153).

No centro dessa renovação, a Nova História proposta pela terceira geração da Escola dos *Annales*, em 1968, reconhecia a importância dos elementos culturais e “se abria ao diálogo com as mais diversas ciências: antropologia, sociologia, literatura, geografia, psicologia, entre tantas outras, além de ampliar seu olhar sobre as fontes” (Matos, 2010, p. 114). Com isso, tornou-se possível evidenciar a experiência de grupos sociais historicamente silenciados e invisibilizados pela narrativa histórica oficial.

Dessa maneira, ao incorporar novas abordagens, o trabalho com o objeto de pesquisa e as fontes passou a se distanciar da concepção de documento como expressão da verdade, aproximando-se de uma abordagem que busca compreender em quais condições essas fontes foram produzidas, a interrogá-las (Bloch, 2001, p. 8), compreendendo as condições históricas, sociais e políticas de sua produção.

Ao apresentar o panorama da Escola dos *Annales* e a renovação metodológica impulsionada pela chamada Nova História, buscamos evidenciar as possibilidades que se abriram para a inclusão de sujeitos e experiências antes silenciados pela narrativa histórica tradicional. A incorporação desses novos sujeitos esteve diretamente relacionada com as lutas dos movimentos sociais, mobilização social e conquistas de direitos.

Contudo, é importante destacar que, embora nos anos finais do século XX, diversos grupos socialmente marginalizados tenham passado a incorporar seus debates à historiografia como resultado, em grande parte, das transformações promovidas pela terceira geração da Escola dos *Annales*, a lesbianidade permaneceu invisibilizada nesse processo.

Ao analisar o que efetivamente foi produzido sobre a temática lésbica no Brasil, percebemos que, mesmo com os avanços historiográficos dedicados à história das mulheres, das populações negras e dos grupos LGBTQIA+ de forma mais ampla, a história das lésbicas como um campo de pesquisa ainda segue como um campo marginal.

A invisibilidade das lesbianidades na historiografia não decorre apenas da falta de fontes, mas de um apagamento sistemático que nega sua própria existência. Como mostra

Tânia Navarro Swain, a lésbica rompe com a lógica patriarcal ao simbolizar a possibilidade de uma vida feminina sem homens, sendo, por isso, desqualificada socialmente e excluída da narrativa histórica. Esse silêncio é uma operação política e simbólica que retira a lesbianidade tanto da história quanto da cidadania (Swain, 1999, 1226).

A década de 1970 foi um período crucial para o surgimento e a reorganização dos movimentos sociais no Brasil, especialmente em meio à repressão da ditadura civil-militar e ao início da abertura política (Araújo, 2000, p. 116). Nesse contexto, destacamos o movimento feminista e a criação do movimento homossexual despontaram como dois importantes marcos na luta por direitos.

No entanto, embora a lesbianidade estivesse presente e imbricada em ambos os movimentos, suas pautas foram sistematicamente secundarizadas. No interior do feminismo, a presença de mulheres lésbicas era muitas vezes vista como um estigma. Já no movimento homossexual, fortemente hegemonizado por homens gays, as experiências lésbicas eram frequentemente invisibilizadas ou tratadas como meras extensões das questões masculinas. Assim, a lesbianidade permaneceu em um lugar de marginalidade, mesmo dentro de espaços que, em tese, deveriam acolher e promover sua existência política (Soares, 2019, p. 4).

Sendo assim, diante desse contexto, a organização política de lésbicas emergiu um pouco depois da consolidação dos movimentos feminista e homossexual, o que contribuiu para que seu reconhecimento enquanto movimento social também ocorresse em um momento distinto. Podemos observar essa diferença ao compararmos os primeiros encontros e congressos desses grupos, enquanto o movimento feminista e o movimento homossexual já articulavam espaços nacionais de debate e reivindicação na década de 1980, a organização autônoma de lésbicas começou a se estruturar apenas na década de 1990. Esse descompasso deixa evidente os efeitos concretos da marginalização das pautas lésbicas dentro dos próprios espaços de militância, o que atrapalhou sua visibilidade e força como sujeito político.

Ao longo da década de 1980 e 1990, o movimento feminista já apresentava uma estrutura organizativa mais consolidada, evidenciada por eventos significativos como o II Congresso da Mulher Paulista, realizado em 1980, que se tornou um marco do feminismo como um movimento social de alcance mais amplo (Moraes, 2017, p. 128). Nesse sentido, em 1980, também já havia o início de uma articulação nacional do movimento homossexual destacado pelo 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (Facchini, 2003, p. 90). Essas articulações evidenciam a estruturação e o fortalecimento desses movimentos no tecido social brasileiro nesse período.

Em relação a ambos movimentos, neste contexto, da década de 1980 a organização política de lésbicas estava dando seus primeiros passos, contando com criação de sete grupos: Grupo Lésbico-Feminista/SP, GALF: Grupo Ação Lésbica Feminista/SP, Grupo Terra Maria Opção lésbica/SP, Grupo Iamaricumas/RJ, Grupo Libertário Homossexual/BA, Grupo Terceira Dimensão/RS, Grupo Gaúcho de Lésbicas Feministas/RS (Campos, 2009, p. 113). De acordo, com o Relatório do Seminário Nacional de Lésbicas SENALE de 2006, a organização política das lésbicas e seu fortalecimento aconteceu na década de 1990, e tem como um marco a criação do Seminário Nacional de Lésbicas em 1996, que surgiu “da necessidade de se ter um espaço onde as especificidades das lésbicas pudessem ser discutidas de uma forma mais ampla e democrática, já que nos encontros mistos esse espaço era e continua sendo insuficiente” (SENALE, 2009, p. 7).

O SENALE causou um grande impacto para o crescimento do movimento lésbico no Brasil, foi palco de criação de novos movimentos lésbicos, além de ampliar a nível nacional a politização de mulheres lésbicas (SENALE, 2009, p.7). Ao longo dos anos, essa organização representativa se constituiu como um lugar que reivindica as lésbicas “como sujeito político, e o SENALE tem se traduzido como espaço de troca de vivências, experiências, mas, também momento de construção de diretrizes para políticas públicas e diretrizes para as diferentes expressões do movimento.” (SENALE, 2009, p. 13). Além disso, mantém um movimento contínuo até os dias atuais.

Sendo assim, considerando que a construção historiográfica sobre grupos subalternizados está intimamente ligada às reivindicações e mobilizações dos movimentos sociais, é possível, com base em dados sobre a produção acadêmica, comparar o processo de inserção dessas temáticas no campo da História. A análise do surgimento e consolidação de objetos de pesquisa como a história das mulheres e dos sujeitos LGBTQIA+ revela os diferentes momentos e ritmos em que esses grupos passaram a ser reconhecidos como dignos de investigação historiográfica.

Essa diferença evidencia que o reconhecimento historiográfico de certos sujeitos não depende apenas da existência de fontes ou de trajetórias históricas, mas também do valor político atribuído a essas experiências dentro das instituições acadêmicas e das dinâmicas de produção do conhecimento e na sociedade. Com base nos dados do *Levantamento de teses e dissertações de História sobre mulheres (1973-2000)* realizado pela historiadora Branca Zilberleib (Zilberleib, 2022), no mapeamento do projeto *Historiografia das dissidências sexuais e desobediências de gênero no Brasil (1994-2022)* (Canabarro, 2022), e no

levantamento bibliográfico realizado por nós para essa pesquisa, é possível identificar as diferentes dinâmicas de emergência e consolidação das pesquisas nesses distintos segmentos.

A análise comparada desses dados revela como determinados campos como a história das mulheres ou dos sujeitos LGBTQIA+ de modo mais amplo, vêm ganhando espaço de forma mais estruturada ao longo dos anos, enquanto o recorte específico sobre lesbianidades ainda aparece de forma tímida. Esses levantamentos permitem perceber não apenas a disparidade quantitativa entre os temas, mas também os momentos históricos que favoreceram a legitimação de certos objetos como dignos de investigação no campo historiográfico.

Assim, a primeira pesquisa de História da Mulheres no Brasil data os anos de 1973, a partir da pesquisa de doutorado “*Siminário de Mininas Orphãos e Educandas e Nossa Senhora da Gloria (Primeiros Ensaio para a Profissionalização Feminina em São Paulo - 1825-1935)*” de Wanda Rosa Borges. Contudo, de acordo com a historiadora Branca Zilberleib, é preciso entender que

Se for preciso datar o campo, afirmamos que ele nasceu em meados dos anos 90. Diferentemente do que costuma aparecer nos balanços, antes dessa época, não havia uma área. Havia pesquisas sobre mulheres, que respondiam a agendas de pesquisa diversas, mas não uma área mais ou menos autônoma dedicada ao tema. A partir do momento em que outros aparatos para o desenvolvimento de tais estudos foram criados – revistas, grupos institucionalizados, grandes projetos de pesquisa e as sínteses expressas nos balanços – começou a existir uma área (Zilberleib, 2022, p. 134).

Observa-se que, de fato ao longo dos anos, a produção de pesquisas sobre a história das mulheres começou a se consolidar de forma mais significativa a partir da década de 1990. Enquanto entre as décadas de 1970 e 1980 foram identificados apenas 19 trabalhos acadêmicos entre teses e dissertações voltados a essa temática, na década de 1990 houve um crescimento expressivo, com a produção alcançando 128 pesquisas (Zilberleib, 2022, p. 136). Esse salto quantitativo indica não apenas o fortalecimento dos estudos de gênero no campo historiográfico, mas também a incorporação das pautas feministas como objeto legítimo de investigação acadêmica. É importante destacar que nesse período da década de 1990, o movimento feminista vivia uma fase de organização estruturadas contando com organizações não-governamentais e financiamentos internacionais para as suas ações (Novelino, 2019, p. 62).

Analisando as produções historiográficas LGBTQIA+, a primeira pesquisa datada pelo mapeamento do projeto *Historiografia das dissidências sexuais e desobediências de gênero no Brasil (1994-2022)* (Canabarro, 2022), é registrada em 1994, a partir da pesquisa de

mestrado *“Páginas de prazer – a sexualidade através da leitura no início do século”* de Claudio Denipoti. No entanto, também, é importante destacar que esse marco inicial não representa a consolidação de um campo de pesquisa. Pelo contrário, o número de trabalhos permaneceu reduzido por um longo período. Entre 1994 e 2013, das 240 pesquisas identificadas no total do mapeamento, apenas 56 foram produzidas nesse intervalo de quase duas décadas.

Dessa maneira, é apenas a partir de 2014 que se observa uma consolidação mais significativa desse campo de pesquisa. Entre 2014 e 2022, foram identificadas 184 novas pesquisas voltadas às dissidências sexuais e de gênero, o que representa um crescimento expressivo em relação aos períodos anteriores. Esse avanço indica uma ampliação do reconhecimento acadêmico da temática LGBTQIA+ no campo historiográfico, resultado, em grande medida, das transformações políticas, sociais e institucionais.

Desde o início dos anos 2000, o debate em torno dos direitos da comunidade LGBTQIA+ passou por um processo crescente de institucionalização no Brasil. Ainda nos anos 1990, observou-se um crescimento na criação de ONGs voltadas para a defesa dos direitos da população LGBTQIA+, impulsionado por financiamentos nacionais e internacionais que fortaleceram especialmente o movimento homossexual (Facchini, 2003, p. 120).

Um marco importante nesse processo foi a criação do programa Brasil Sem Homofobia, lançado em 2004 pelo governo federal (Torres; Santos, 2024). Essa iniciativa representou significativa relação entre o Estado e os movimentos sociais LGBTQIA+, ao propor políticas públicas de enfrentamento à discriminação e promoção da cidadania dessa população. O programa simbolizou o reconhecimento da pauta como parte da agenda de direitos humanos, contribuindo para a maior visibilidade e articulação institucional das demandas do movimento (Torres; Santos, 2024, p. 25).

Assim, paralelamente ao avanço historiográfico observado a partir da década de 2010, no campo dos estudos da comunidade LGBTQIA+ (Canabarro, 2022, p. 1), é possível identificar alguns marcos cruciais na luta pela cidadania dessa população no Brasil. Esses marcos não apenas refletem avanços institucionais e legais, mas também contribuem diretamente para a ampliação do reconhecimento social e político da comunidade.

Entre esses marcos, podemos destacar a aprovação da união estável homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal, em 2011, e a criminalização da LGBTfobia, em 2019 (Buzolin, 2022, p. 7). Essas conquistas contribuíram para romper o silêncio histórico e epistemológico

em torno das experiências LGBTQIA+ no debate público, abrindo caminhos para que essas vivências fossem também reconhecidas como objeto legítimo de pesquisa e produção historiográfica e para o fortalecimento da temática como um campo.

Embora os campos da História das Mulheres e da Historiografia LGBTQIA+ tenham avançado, a historiografia voltada para as lesbianidades como objeto de pesquisa mostra-se um campo muito pouco explorado. Diante do levantamento que realizamos, a primeira pesquisa sobre lésbicas data de 1989, a dissertação de mestrado de Lígia Bellini. E desde 1989 até 2024 existem apenas 30 pesquisas historiográficas voltadas para o estudo das lesbianidades. Diante do mapeamento feito por Ronald Canabarro das 240 pesquisas sobre histórias LGBTQIA+, entre 1994 até 2022 somente 21 pesquisas abordam a lesbianidade como objeto de pesquisa (Canabarro, 2022, p. 1).

A consolidação do SENALE nas primeiras décadas do século XXI representou um marco fundamental para o movimento lésbico no Brasil (SENALE, 2009, p. 3). Juntamente com a criação de importantes organizações como a Liga Brasileira de Lésbicas, fundada em 2003 (Selem, 2007, p. 1), e a Articulação Brasileira de Lésbicas, fundada em 2004 (Rede ABL, 2025, p. 1). Esses espaços foram cruciais para a estruturação de uma perspectiva política que reconhecesse as lésbicas como sujeitas políticas.

Essas iniciativas lésbicas não apenas abriram espaço a visibilidade das pautas específicas das mulheres lésbicas dentro do campo mais amplo das lutas LGBTQIA+ e feministas, mas também contribuíram para o fortalecimento de uma identidade coletiva baseada em experiências próprias de opressão, resistência e produção de saberes. Assim, esses marcos históricos desempenharam um papel fundamental na consolidação de uma agenda política lésbica, na construção de redes de articulação nacional e, portanto, na reivindicação de cidadania.

Sendo assim, é imprescindível destacar a importância do movimento lésbico para a inserção das lésbicas na historiografia. Isso se evidencia pelo fato de que, após a primeira pesquisa acadêmica sobre lesbianidades em 1989, os dois dos quatro trabalhos que a sucedem têm como foco central o próprio movimento lésbico que são as pesquisas: *“A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica”* de Maria Célia Orlato Selem e *“Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)”* de Patrícia Lessa. Ou seja, a presença das lésbicas na História começa a se firmar a partir do momento em que elas mesmas passam a se constituir como sujeitas políticas organizadas, reivindicando o direito à memória, à representação e à produção de conhecimento sobre suas

existências.

Além disso, é possível afirmar que o aumento mais expressivo no número de pesquisas a partir de 2018 se deve ao fortalecimento do movimento lésbico. Um marco fundamental nesse processo, para além de articulações políticas e a militância ativa de lésbicas, foi a elaboração do Dossiê sobre o Lesbocídio, lançado em 2018 (Pere; Soares, 2018, p. 4), que teve como objetivo mapear e denunciar as violências direcionadas especificamente contra mulheres lésbicas no Brasil.

Esse documento não apenas deu visibilidade às formas específicas de opressão que recaem sobre lésbicas, como também mobilizou debates políticos e sociais em torno da urgência de reconhecer essas violências como estruturais e sistemáticas (Pere; Soares, 2018, p. 10). Mostrando as especificidades e deixando claro, também, a necessidade de descolar a lesbianidade como a apenas uma versão da homossexualidade masculina.

Diante dessas colocações cabe ressaltar que a consolidação da História das Mulheres ao longo das décadas do século XXI (Wolf; Possas, 2005, p. 585), foi de suma importância para o desenvolvimento tanto de pesquisas sobre lesbianidades, como pesquisas da comunidade LGBTQIA+ como um todo. A incorporação de epistemologias feministas como ferramentas metodológicas

Opera-se uma deshierarquização dos acontecimentos: todos se tornam passíveis de serem historicizados, e não apenas as ações de determinados sujeitos sociais, sexuais e étnicos das elites econômicas e políticas, ou de outros setores sociais, como o proletariado-masculino-branco, tido como sujeito privilegiado por longo tempo, na produção acadêmica (Rago; Margareth, 1998, p. 45).

Dessa forma, abriu-se espaço para a interrogação crítica sobre o corpo, a sexualidade e das vivências silenciadas pela produção em volta do sujeito universal, masculino, branco, hétero, permitindo o surgimento de narrativas que visam compreender como essas dimensões foram historicamente construídas, reguladas e vivenciadas. Essa ampliação do escopo historiográfico a partir da lente feminista e lesbofeminista foi essencial para o reconhecimento da lesbianidade como um campo legítimo de produção de conhecimento.

Os avanços da pesquisa historiográfica sobre lesbianidades no Brasil

Ao analisar de que maneira as pesquisas sobre história lésbica vão se desenvolvendo no Brasil, é possível afirmar que sua expressão mais concreta passou a existir a partir dos anos 2000, mas ganhou uma conotação maior em termos de números de pesquisas realizadas de

2019 em diante. Partindo dessa realidade, nos vimos diante do desafio de mapear as pesquisas sobre lésbicas na área de História no Brasil.

Cabe ressaltar que não realizamos um levantamento esgotante da produção de pesquisas em História com o protagonismo da temática lésbica, deixando em aberto a necessidade de se analisar e pesquisar a bibliografia existente com mais profundidade, uma vez que, trata-se de um levantamento geral que não teria espaço para detalhar nas delimitações desse artigo.

Portanto, buscamos trazer em linhas gerais a que pé anda a produção de conhecimento em História sobre mulheres lésbicas, a fim de refletir de que maneira essas sujeitas vem sendo inseridas na historiografia no geral e como o campo de História das Mulheres abre espaço para que experiências femininas fora do padrão heterossexual possam fazer parte da construção de conhecimento a respeito da atuação das mulheres ao longo do tempo.

No levantamento que realizamos, optamos por incluir teses, dissertações e livros escritos por historiadoras e historiadores brasileiras e brasileiros que tenham como foco as experiências lésbicas. Com isso, encontramos o total de 29 pesquisas realizadas em programas de pós-graduação em História de diferentes universidades do Brasil, contando com 5 teses e 24 dissertações. Além desses 29 trabalhos, encontramos apenas 1 livro, escrito pela historiadora Tânia Navarro Swain, intitulado “*O que é lesbianismo*”.

Tabela 1 - Produção de pesquisas sobre lesbianidades em História (Brasil)

Título	Autora/autor	Tipo de produção	Ano de publicação
A coisa obscura: mulher, sodomia e Inquisição no Brasil Colônia	Lígia Bellini	Dissertação	1989
O que é lesbianismo	Tânia Navarro Swain	Livro	2000
Lota Macedo Soares e Elizabeth Bishop: amores e desencontros no Rio dos anos 1950-1960	Nadia Nogueira	Tese	2005
Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil 1979-2006)	Patrícia Lessa	Tese	2007

A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica	Maria Célia Orlato Selem	Dissertação	2007
Sobre os fragmentos poéticos de Safo de Lesbos e idéias da existência de uma voz feminina: reflexões sobre História, Lingüística e Literatura.	Lettícia Batista Rodrigues Leite	Dissertação	2009
“Onde estão as respostas para as minhas perguntas”?: Cassandra Rios - A construção do nome e a vida escrita como tragédia de folhetim (1955-2001)	Kyara Maria de Almeida Vieira	Tese	2014
O que eu sei, o que eu acho que sei e o que me disseram: diálogos com jovens sobre lesbianidades	Talita Gonçalves Medeiros	Dissertação	2015
(I)moralidade e censura: prazeres desviantes e sexualidade na obra de Cassandra Rios	Isabela Silva Nóbrega	Dissertação	2015
(C)elas e elas: desconstruções de normativas de gênero e sexualidades na ala feminina do Presídio Regional de Joinville (2003-2013)	Camila Diane Silva	Dissertação	2015
La literatura erótica de Cassandra Rios: O Bruxo Espanhol (1959) Y Uma Mulher Diferente (1968)	Leidy Carolina Diaz Cardozo	Dissertação	2018
A importância de se ver nas telas: lesbianidade no cinema brasileiro (1990-2010)	Camila Nadedja Teixeira Barbosa	Dissertação	2019
Mulheres sodomitas nas visitasões do	Iara Silva de Jesus	Dissertação	2019

Santo Ofício na Bahia			
Chanacomchana: um sopro do lesbianismo paulista nos anos de 1980	Letícia Emília Batista	Dissertação	2020
Medicina Psiquiátrica e sexualidade feminina: um estudo de caso sobre lesbianismo e abjeção no Brasil (1930-1940)	José Eduardo Matos Tavolaro	Dissertação	2020
Em busca de visibilidade: o movimento das lésbicas em Belo Horizonte (1998-2024)	Maria Cruz Ferraz	Dissertação	2021
“O lesbianismo é um barato”: o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979- 1990)	Julia Aleksandra Martucci Kumpera	Dissertação	2021
Vai ter chanacomchana sim! construção de um grupo lesbiano feminista em São Paulo na década de 1980	Jaíne Chianca da Silva	Dissertação	2021
O cinema interseccional de Adélia Sampaio	Bárbara Brognoli Donini	Dissertação	2021
“Tribadistas, Safistas e Clitoristas” no discurso do Médico José Ricardo Pires de Almeida: os estudos de higiene moral no Rio de Janeiro (1832-1906)	Vanessa Alves Gouveia	Dissertação	2022

Memórias dos amores e dissabores: Narrativas da Homoafetividade e das violências entre egressas da Penitenciária Regional de Campina Grande PB (2013-2021)	Verônica Figueirêdo Pereira	Dissertação	2022
Resistência e visibilidade lésbica na redemocratização: uma análise interseccional do boletim Chanacomchana (1981-1987)	Fanny Spina França	Dissertação	2022
Lesbianismo, juventude e violências: imprensa alternativa como forma de resistência (1978-1987)	Kleire Anny Pires de Souza	Dissertação	2023
“O jornal é nosso” e “o amor entre mulheres”: embates nas páginas do jornal Lampião da Esquina (1978-1981)	Nayara Brito Pereira	Dissertação	2023
Um gato sem rabo e outras histórias lésbicas: a história de vida e a produção de vídeos de Rita Moreira	Alina dos Santos Nunes	Dissertação	2023
Lesbianidade censura e transgressão: a escrita autobiográfica de Cassandra Rios	Ingrid Mancilha Cesar	Dissertação	2023
Da volúpia do pecado e dos delírios da carne: desejo e sexualidade em Cassandra Rios (1948)	Flávia Mantovani	Tese	2023
Entre Repressões e Resistências: memórias lesbianas no contexto da ditadura civil-militar brasileira e redemocratização(1968-1988)	Camila Diane Silva	Tese	2023

Censura e Marginalidade em Cassandra Rios: o esquecimento como política	Hévila Maria Sousa Santos	Dissertação	2024
“ChanacomChana também é bacana”: lésbicas e comunicação militante na abertura política brasileira (1981--1987)	Wagner Roberto Locks Reis	Dissertação	2024

Fonte: elaboração própria das autoras.

A partir do levantamento e da construção dessa tabela, observamos algumas questões. A primeira delas, é que, das 30 obras que mapeamos, somente 2 foram escritas por homens, o que demonstra a importância e o protagonismo das historiadoras em uma produção historiográfica sobre mulheres lésbicas. Além disso, ao visitar a biografia das autoras, é possível perceber que a maioria das historiadoras que escrevem sobre lésbicas são mulheres lésbicas.

Sendo assim, fica explícito que a produção historiográfica sobre lésbicas é predominantemente construída por historiadoras lésbicas. Isso nos traz algumas pistas para pensar como escrever uma história lésbica. Quando usamos a expressão “história lésbica”, usamos porque as lésbicas não estão sendo colocadas como protagonistas nem da história das mulheres nem na história das homossexualidades, uma vez que essas duas áreas temáticas da historiografia carecem de conceitos e ferramentas analíticas que dêem conta de captar as especificidades das experiências de mulheres lésbicas no decorrer do tempo.

Nós, como historiadoras que tratam da lesbianidade como tema de pesquisa em nossos trabalhos, encontramos constantemente uma dificuldade gigantesca no que diz respeito ao uso de termos, e isso demonstra como é necessária uma historiografia que possua conceitos que dêem conta de falar sobre lésbicas. Não temos um conceito próprias de uma história lésbica, ou uma produção que esteja falando especificamente sobre isso.

Não encontramos uma categoria de análise de historiografia que pudesse usar como referência nesse momento. Esse silêncio, essa falta de conceitos, de ferramentas de análise, de terminologias não é uma mera coincidência, e sim, um silêncio planejado, um silêncio que é fruto de todo um processo de apagamento das experiências de mulheres lésbicas, e também de sua produção teórica.

Entretanto, cabe ressaltar que, ainda que as lésbicas tenham encontrado uma série de dificuldades para se colocar enquanto sujeitas históricas na historiografia, existe uma produção de pesquisas em História nessa área que vem crescendo nos últimos anos. Como é possível observar na tabela, até o ano de 2019 tínhamos apenas 13 pesquisas realizadas, sendo 3 teses e 9 dissertações, e 1 livro. De 2019 a 2024, portanto, tivemos um “boom”, com a produção de 16 pesquisas. Ou seja, em 6 anos tivemos mais produções do que tivemos em 30 anos. Esse “boom” de produções reflete a entrada de uma nova geração nos programas de pós-graduação em História.

Outro ponto importante de se colocar é que, a partir da leitura das referências bibliográficas das pesquisas citadas na tabela, é possível observar que mais de 90% dos trabalhos utilizam autoras lesbofeministas como referência bibliográfica. Dentre elas, as mais usadas são Adrienne Rich e Monique Wittig, sobretudo nos usos dos ensaios “*Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*” (Rich, 2019) e “*O pensamento hétero*” (Wittig, 2022).

Sendo assim, podemos perceber que a teoria lesbofeminista está presente na maior parte da produção historiográfica sobre lésbicas no Brasil, e que essa característica é importante para entender qual o nível de análise está sendo utilizado para compreender historicamente as questões em torno de sujeitas históricas lésbicas. Esse aspecto demonstra a necessidade de questionar a heterossexualidade, de entendê-la como uma instituição (Rich, 2019, p. 27) e um regime político (Wittig, 2022, p. 62), para que assim as ações e experiências das mulheres lésbicas possam de fato serem historicizadas.

A ausência de uma tradição e de um conhecimento sobre experiências de lesbianidade no passado, ou seja, a falta de referências positivas sobre ser lésbica na sociedade, ainda hoje é um dos grandes impedimentos que mulheres têm para viver sua lesbianidade de forma plena, impedindo também que essas possam se compreender enquanto grupo e produzirem conhecimento histórico sobre si.

Como Gerda Lerner aponta, as mulheres durante séculos fizeram o movimento de registrar suas ações, contudo, até o século XIX elas faziam isso sem ter conhecimento da obra de suas antecessoras e isso teve como consequência um grande atraso na construção da consciência histórica feminina. Somente no século XIX elas conseguiram fazer esse movimento de registrar suas ações, refletir e escrever sobre as especificidades de suas experiências tendo conhecimento da obra de suas antecessoras (Lerner, 2022, p. 307).

Ter conhecimento dessas obras, portanto, foi primordial para despertar nas mulheres lésbicas um senso de consciência política e histórica que as unia enquanto grupo, e isso se reflete, por exemplo, na forma como as lésbicas produziram o boletim *Chanacomchana* e a forma como trabalharam suas lesbianidades de forma política. Assim como o movimento feminista e todo o processo de construção de consciência política e histórica feminina formado como consequência desse movimento impactou diretamente na criação e desenvolvimento da história das mulheres (Tilly, 1994, p. 31), o movimento homossexual juntamente com o processo de politização da homossexualidade impactou na escrita de uma história das homossexualidades (Veras; Pedro, 2014, p. 98).

O movimento lésbico e as produções teóricas do lesbofeminismo vêm traçando o mesmo caminho, sendo extremamente importantes para historicizar as experiências de mulheres lésbicas. Portanto, seguindo em uma experiência semelhante à história das mulheres e à história das homossexualidades, que estão relacionados ao movimento LGBTQIA+ e ao movimento feminista, percebemos que a historiografia que vem trabalhando temáticas sobre lesbianidade está também relacionada à atuação do movimento lésbico, e ao impacto das teorias lesbofeministas.

Consideramos extremamente importante colocar esse aspecto em evidência por perceber que, ao tentar encontrar as lésbicas dentro das produções historiográficas sobre homossexualidades e sobre mulheres, nenhuma dessas áreas conseguiu dar conta de realizar uma inserção plena das mulheres lésbicas em suas produções, sobretudo porque suas chaves analíticas deixavam de fora, ora as especificidades da homossexualidade feminina, ora a heterossexualidade enquanto instituição política e regime político.

Portanto em linhas gerais, as lésbicas só encontraram espaço de protagonismo em produções historiográficas quando essas produções passaram a incorporar, tanto uma discussão teórica que dê conta de compreender o que significa ser uma mulher homossexual, e compreender o que significa a heterossexualidade para além de uma prática sexual, para além de um elemento naturalizado das relações entre os sexos.

Isso só acontece quando existe um empreendimento, que é também uma escolha política, de incorporar as discussões lesbofeministas no debate, utilizando-as como ferramentas de análise, adicionando conceitos que falem especificamente das experiências lésbicas. Após realizar todo esse movimento de analisar, tanto produções clássicas sobre a história das homossexualidades, quanto produções clássicas sobre a história das mulheres e as

produções historiográficas sobre lésbicas, percebemos que esse movimento só acontece plenamente nas pesquisas que trata especificamente das experiências lésbicas.

Ou seja, as lésbicas foram plenamente incluídas na História quando esta foi produzida a partir de uma historiográfica que dialoga, em alguma medida, com as teorias lesbofeministas. Ter esses aspectos da influência do movimento lésbico e do lesbofeminismo na produção de uma historiografia lésbica é importante para compreender porque hoje nós encontramos de forma palpável uma produção teórica e historiográfica, termos consolidados e amplamente utilizados como “história das mulheres”, “história das homossexualidades”, mas ainda não temos o termo “história lésbica” consolidado.

Se as lésbicas não podem ser encontradas como sujeitas históricas protagonistas de pesquisas nem dentro das produções clássicas da História das Mulheres nem da História das Homossexualidades, precisamos que, o mais rápido possível possamos falar sobre uma “História Lésbica”. Precisamos nos estabelecer no território da historiografia construindo e trazendo nossos conceitos, advindos de nossas lutas cotidianas, de nossa atuação política dentro dos movimentos lésbicos e da leitura das produções teóricas de nossas companheiras. Conceitos que dêem conta de falar plenamente sobre nossas experiências, conceitos produzidos por quem vive a lesbianidade na pele, pois como aponta Adrienne Rich:

Nossas relações fieis e duradouras, nosso trabalho de ativistas sociais em nome das mulheres e das crianças, nossa ternura e força bem como nossos sonhos e visões de mulheres - apenas começaram a ser retratadas, na literatura e na academia, por lésbicas (Rich, 2019, p. 115).

Considerações finais

Acreditamos que mesmo que as produções sobre lésbicas em História no Brasil ainda tenham um número pequeno de trabalhos, esse cenário vem melhorando. As pesquisas historiográficas que trazem as lésbicas como protagonistas foram crescendo timidamente desde o final da década de 1980 até a segunda década dos anos 2000.

Contudo, ao perceber que entre 2019 e 2024 o número de pesquisas sobre o tema quase dobrou em relação aos últimos 30 anos, é possível observar que esse cenário vem melhorando no Brasil, trazendo as lésbicas para a historiografia, tanto como agentes históricas, quanto como intelectuais, sendo utilizadas como referências teóricas importantes. Acreditamos, inclusive, que a possibilidade de existência desse artigo, está inserida nesse contexto, no rol de uma geração de historiadoras lésbicas que, cada dia mais, vem trazendo a lesbianidade como tema na História.

Esse apagamento faz com que nós fiquemos invisíveis dentro do tecido social no qual vivemos (Lessa, 2003, p. 5). Precisamos nos tornar visíveis, uma vez que, só é possível ser aquilo que podemos ver, aquilo que podemos imaginar. As lésbicas existem, portanto, precisam existir também na História, pois aquilo que a História não diz, não existiu (Navarro-Swain, 2000, p. 13).

Sendo assim, se para entrarmos na História, precisamos criar conceitos, precisamos nos reinventar, precisamos trazer nossos conhecimento para a historiografia, precisamos dar nomes para aquilo que ainda não tem nome, assim faremos. E quem sabe um dia, as próximas historiadoras que forem falar sobre lésbicas não tenham tantas dificuldades e desafios. Se for preciso inventar e reinventar os termos para que possamos nos incluir nessa historiografia, nós aceitamos o desafio, pois “uma lésbica que não reinventa o mundo é uma lésbica em processo de extinção” (Brossard, 2023, p. 107).

Referências

- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.
- BELLINI, Ligia. **A coisa obscura**: mulher, sodomia e Inquisição no Brasil Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro, Zahar, 2001. Primeira edição em francês em 1949.
- BROSSARD, Nicole. **Cartas Lésbicas**. Tradução Monalisa Gomyde. Ilhéus, BA: As Ondas Editora, 2023.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**: A Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- BUZOLIN, Lívia Gonçalves. Pluralismo político: o Poder Judiciário e os direitos LGBT. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 18, n. 1, e2206, 2022.
- CAMPOS, Núbia Carla. **A lesbianidade como resistência**: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil – 1979-2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.
- CANABARRO, Ronald. **História Transviada** – Historiografia das dissidências sexuais e desobediências de gênero no Brasil (1994-2022). Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<https://www.historiatransviada.net.br/>>. Acesso em: 28 de jun. 2025
- FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 10, n. 18/19, p. 84–87, 2003.
- LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado**: História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LESSA, Patrícia. O que a História não diz não existiu: a lesbianidade em suas interfaces com o feminismo e a história das mulheres. *In*: **Tempos de Histórias**, n. 7, 2003.

MATOS, Júlia Silveira. Tendências e debates: da escola dos Annales à história nova. **História**, Rio Grande, RS, v.1, n.1, 2010.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Breve história do feminismo brasileiro na década da mulher**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (IFCH), v. 2, 2017. p. 128. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pf-publicacoes/filefield_paths/trajetoria-lygia-tomo-ii-2-breve_historia_do_feminismo_br_0.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O que é Lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. Lesbianismo: identidade ou opção eventual? *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 1999, Florianópolis. História: fronteiras. **Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História**. São Paulo: Humanitas – FFLCH-USP/ANPUH 1999.

NOVELLINO, M. S. F. MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL NO SÉCULO XX. *Revista Feminismos, [S. l.]*, v. 6, n. 1, 2019.

OLIVEIRA, Luana Farias de. **Imposição hétero, interdição lésbica: a heterossexualização de mulheres**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020. p. 15.

PERE, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil (2014–2017)**. Janeiro 2018. [S.l.]: Grupo de Pesquisa Lesbocídio – As histórias que ninguém conta (NIS/UERJ) e Nós: dissidências feministas; Agência Patrícia Galvão, 2018.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. *In*: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

REDE ABL. **Produção de pesquisas históricas: teses e dissertações sobre lesbianidades no Brasil (2005–2024)**. Disponível em: <<https://redeabl.blogspot.com/p/onde-estamos.html>>. Acesso em: 28 jun. 2025

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e Existência Lésbica e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2019.

SELEM, Maria Célia Orlato. **A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica**. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília, 2007.

SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas. **Relatório do I SENALE – Encontro no Rio de Janeiro**. [S.l.: s.n.], outubro 2009. Disponível em: <https://senale.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/10/relat_rio_senalefinal1.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025

SIRINELLI, Jean-François. A geração. *In*: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getulio Vargas, 1996.

SOARES, Tayla Marques. **A trajetória do movimento lésbico no Brasil e sua relação com os movimentos feminista e homossexual**. 2019. 10 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu** (3) 1994.

TORRES, Geovane Gesteira Sales; SANTOS JUNIOR, Raimundo Batista dos. A influência do Programa Brasil Sem Homofobia em políticas LGBTQIA+ subnacionais de um estado brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 40, 2024.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clío: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90-109, set./dez. 2014. p. 98.

WITTIG, Monique. **O Pensamento Hétero e outros ensaios** Tradução Maíra Mendes Galvão. Primeira edição, Belo Horizonte, MG. Autêntica, 2022.

WOLFF, Cristina Scheibe; POSSAS, Lidia M. Vianna. Escrevendo a história no feminino. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, dez. 2005. p. 585

ZILBERLEIB, Branca. **A mulher como problema de pesquisa em História**: emergência de estudos sobre mulheres e gênero na historiografia brasileira recente (1973-2001). Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.